

Formação do Brasil e nacionalidade em Eduardo Prado: a ideia de “triunfo nos trópicos” e a polêmica com Luís Pereira Barreto

FLÁVIO RAIMUNDO GIAROLA¹

Eduardo da Silva Prado nasceu em São Paulo, no ano de 1860. Em 1881, formou-se em direito na Faculdade de São Paulo. Nos anos seguintes, fez uma série de viagens pela América do Sul, Ásia, África, Oceania e Europa, sendo que, neste último continente, se estabeleceu por algum tempo. Após a proclamação da República, dedicou-se ao combate ao novo regime, reunindo, em torno de si, um grupo de intelectuais comprometidos com a causa restauradora. Comprou, em 1895, o jornal *O Comércio de São Paulo*, que se tornou rapidamente no porta-voz da causa monárquica na capital paulista.

Vários intelectuais monarquistas-católicos orbitaram ao redor de Eduardo Prado: Afonso Arinos, Theodoro Sampaio, Brasília Machado, Joaquim Nabuco, João Mendes Jr., Couto de Magalhães Sobrinho, entre outros. Com alguns destes indivíduos, Prado desenvolveu amizades duradouras, com outros compartilhou conhecimentos e visões sobre a nação. Os *pradistas*, como nomeou Maria de Lourdes M. Janotti (1986: 123),² destacaram-se por desenvolver uma visão nacional que não se restringia à pura planfagem contra a República. Pelo contrário, suas representações diante da história e da nacionalidade passavam pela valorização do mestiço, pela idealização do sertão e do sertanejo, pela admiração diante do papel dos bandeirantes e dos jesuítas no passado brasileiro, entre outros.³

Enquanto principal membro deste grupo, Eduardo Prado formulou ideias e desenvolveu questionamentos sobre o Brasil que influenciaram profundamente textos de vários de seus amigos monarquistas-católicos. Foi, contudo, na polêmica travada com Luís Pereira Barreto, em 1901, que o escritor paulista destacou sua visão sobre a formação do povo brasileiro e sua tese de que o Brasil representava um “triunfo nos trópicos”, pois resistira às ações deletérias do clima e do meio.

Nesse sentido, analisaremos, neste artigo, os principais pontos da polêmica supracitada, bem como as representações de Prado acerca da constituição da nação. A

¹ Doutorando em história pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação do professor Dr. Eduardo França Paiva, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Segundo a autora, os monarquistas em São Paulo se dividiram entre *pradistas* e *mendistas*, os primeiros ligados a Eduardo Prado e os segundos aliados a João Mendes de Almeida.

³ Estamos analisando tais visões nacionais dos monarquistas-católicos atuantes na cidade de São Paulo em tese de doutorado desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais.

2
historiografia sobre o monarquismo no Brasil e sobre os intelectuais ligados ao movimento, em sua maioria, tem priorizado os aspectos políticos dos escritos dos restauradores. Entretanto, acreditamos que os espaços de sociabilidade e os laços afetivos proporcionados pela crença política em comum permitiram o intercâmbio de ideias diversas sobre a nacionalidade, que iam além da crítica à República. Não estamos, com isso, negando a importância dos textos políticos dos restauradores, no geral, e de Prado, em particular. Apenas queremos chamar a atenção para outro aspecto da perspectiva nacional monarquista, nem sempre ligada à análise dos regimes políticos.

Em 25 de abril de 1901, Luís Pereira Barreto publicara n’*O Estado de São Paulo* um artigo intitulado *O século XX sob o ponto de vista brasileiro: saudação à classe de engenheiros*, onde exaltava as belezas naturais do Brasil ao mesmo tempo em que criticava o atraso de seu povo, decorrente da ação deletéria do catolicismo. Ao contrário de Prado, Barreto era positivista e crítico ferrenho da religiosidade no país.

As teorias de Luiz Pereira Barreto foram, em parte, inspiradas em um discurso comum em meados do século XIX, principalmente entre os viajantes que visitaram o Brasil nessa época. Para Márcia Regina Capelari Naxara, impressiona, nos escritos sobre o país desse período, a facilidade como os homens em geral, estrangeiros ou brasileiros, se encantaram com a natureza – representada como exótica, bela, poderosa, potente – e, na mesma medida, nutriram sentimento contrário em relação à população que a habitava – representada como selvagem, desinteligente, inferior. Isto levava a uma leitura que permitia pensar o Brasil somente como possibilidade visualizada num futuro, quando ocorresse um ajustamento entre esse majestoso ambiente natural, latente de possibilidades, e o potencial humano. “Uma natureza magnífica, uma história desencantada” (NAXARA, 2004: 294).

Esse discurso também estava relacionado ao determinismo mesológico que, segundo Luciana Murari (2009: 73), teve como principal referência, no Brasil, as ideias do inglês Henry Thomas Buckle (1821-1862). Em suas teorias, o naturalista afirmava que, nos países quentes e de solo fértil, a sobrevivência seria facilitada pelos elementos naturais extremamente generosos, de forma que o homem não se sentiria estimulado a desenvolver suas energias individuais e sua capacidade de trabalho (MURARI, 2009: 75). Sobre o Brasil, Buckle dizia que:

3

*The whole of Brazil, notwithstanding its immense apparent advantages, has always remained entirely uncivilized; its inhabitants wandering savages, incompetent to resist those obstacles which the very bounty of Nature had put in their way. For the natives, like every people in the infancy of society, are averse to enterprise; and being unacquainted with the arts by which physical impediments are removed, they have never attempted to grapple with the difficulties that stopped their social progress.*⁴ (BUCKLE, 1908: 105)

Em síntese, o principal argumento de Buckle sobre o Brasil era que, diante do esplendor da natureza, o país não deixava espaço para os homens, reduzidos à insignificância frente à majestade natural que os cercavam.

Tal formulação, apesar de apresentar um ponto de vista negativo sobre o Brasil, foi muito bem aceita entre a intelectualidade do país. Capistrano de Abreu, em seus primeiros ensaios, defendeu que o clima quente e úmido agia no sentido de incentivar a indolência, “especialmente porque o calor e a umidade, por favorecerem em extremo a fertilidade do solo, propiciavam o desenvolvimento extremo das forças da natureza” (MURARI, 2009: 80). Por outro lado, Oliveira Viana sustentou que a amenidade dos climas tropicais tornava a vida uma empresa fácil. A natureza tropical diminuía a capacidade de esforço da população nacional (MURARI, 2009: 86).

Entretanto, o texto de Barreto tinha uma peculiaridade que enfureceu Eduardo Prado: além de reiterar as formulações que exaltavam exageradamente as vantagens naturais do Brasil em oposição ao homem, o artigo afirmava que o não aproveitamento dos benefícios da natureza era devido ao misticismo religioso de sua população. Deste modo, a extrema religiosidade do povo brasileiro impedia que o homem usufruísse das facilidades propiciadas pelo meio ambiente.

Indignado com as palavras de Luís Pereira Barreto, Eduardo Prado fez uso de seu jornal para publicar o artigo *O Dr. Barreto e a Ciência: Caso curioso de intolerância religiosa no século XX*, em 16 de maio de 1901, que ocupou quatro páginas daquela edição do periódico. Inicialmente, o Prado apontou diversos equívocos de seu oponente quanto ao clima e a geografia do Brasil. O país não poderia ser identificado nem como um paraíso climático nem como uma terra onde as características geográficas fossem sempre favoráveis para o

⁴ Todo o Brasil, apesar de suas várias vantagens aparentes, sempre permaneceu totalmente incivilizado; seus habitantes vagam selvagens, incompetentes para resistir aos obstáculos que a generosidade da natureza colocou em seu caminho. Os nativos, como todos os povos na infância da sociedade, são avessos ao empreendimento e, ignorantes com as artes devido a impedimentos físicos, nunca tentaram lidar com as dificuldades que impediram seu progresso social.

4 desenvolvimento do homem. “O Dr. Barreto, espírito momentaneamente tomado de entusiasmo unilateral, queria fazer uma apologia e pintar as vantagens naturais do Brasil num quadro sem sombra, e, portanto, falso” (PRADO, 1906: 133)). Seguia dizendo que a noção de que o Brasil possuía imensas riquezas era originada de uma vaidade ignorante, a mais falsa e enganadora das ilusões.

Eduardo Prado sintetizava os argumentos do Dr Barreto da seguinte maneira:

Habitamos o mais belo, o mais rico, o mais favorecido, o mais fácil para a vida, de todos os países da terra. Somos, porém, um povo que nada tem feito, por viver atrasado, peiado, atado, paralisado, desinteressado das coisas deste mundo, porque está enfeitiçado pela preocupação da outra vida e do sobrenatural. (PRADO, 1906: 168)

Em seguida, destacava o seu ponto de vista, que seguia direção oposta:

pensamos que o nosso clima, o nosso solo, a nossa situação geográfica, o conjunto, enfim, das nossas condições naturais, oferecem, como as de todos os países do mundo, e mais ainda que as de alguns, dificuldades e resistências, contra as quais temos reagido durante três séculos com sucesso notável, conservando nessa resistência de nossa raça contra as forças externas, o equilíbrio instável das íntimas energias de nosso ser, que, nos povos, como nos indivíduos, é o que se chama a vida. (PRADO, 1906: 168)

Portanto, a negação de um ufanismo exagerado das belezas naturais do Brasil não significava um pessimismo quanto à capacidade de desenvolvimento do homem no meio ambiente hostil. Prado acreditava no determinismo geográfico, ou seja, pensava que clima e geografia eram fatores preponderantes no desenvolvimento da “raça”. Entretanto, ao contrário do que muitos teóricos deterministas apontavam, dizia que as dificuldades encontradas em terras brasileiras teriam favorecido o surgimento de uma “raça” forte e adaptada aos trópicos. “De todos os agrupamentos civilizados na zona tropical, podemos dizer, com desvanecimento, que somos o mais próspero.” (PRADO, 1906: 169-170).

Qual seria, no entanto, a explicação para esse sucesso fenomenal da colonização portuguesa nos trópicos? Para Prado, a resposta estava na imensa mistura racial com o indígena, que possibilitou uma adaptação perfeita ao clima tórrido e à geografia desfavorecedora. Tal ideia já havia aparecido em texto do autor escrito para um evento em comemoração ao tricentenário de Anchieta, organizado por ele em 1897.

5

Nesta ocasião, Prado dizia que a tendência dos brancos puros, em terras quentes, era a atrofia e que os ingleses e os holandeses, colonos em regiões equatoriais, mandavam os filhos em tenra idade para a Europa, afim de que se retemperassem nas brisas marítimas e no frio do norte. Tendo isto em vista, o escritor se questionava como “poderia essa raça florescer nas regiões equatoriais e tropicais, hoje ocupadas na América, a não ser pela fusão do sangue ibérico com o sangue índio e africano?” (PRADO, 1900: 45)

Todavia, apesar de ter incluído o negro como elemento importante nas fusões raciais americanas, o intelectual restaurador deu uma ênfase maior à participação do índio no processo de aclimação definitiva da planta humana europeia ao novo continente. A colonização não seria possível, em um país tórrido, sem o enxerto da planta indígena. O cruzamento com o “selvagem”, portanto, aparece como fator essencial para o êxito no processo de ocupação da América. Em consequência, o mestiço, resultante desta mistura, não pode ser tomado com um tipo inferior, pelo contrário, representa a perfeição da mestiçagem:

Nesse cruzamento, se o branco entra com um cérebro mais desenvolvido, que se produz no seu descendente, o índio traz para o novo tipo a agudez da sensibilidade dos seus sentidos e a agilidade elástica dos seus músculos, sentidos e músculos um tanto atrofiados no homem civilizado. (PRADO, 1900: 51)

Na perspectiva de Eduardo Prado, o grande impulsionador dessa miscigenação positiva fora o catolicismo que, ao enviar os jesuítas para as terras brasílicas, impediu a total destruição do índio, elemento chave na formação da nacionalidade:

Sem esta preservação do elemento autóctone, não se poderia ter dado o cruzamento; e foi o cruzamento, em larguíssima escala, que tornou possível o grande fato etnográfico da aclimação e do estabelecimento dos brancos na zona tropical, com o caráter permanente de um povoamento de que surgiu a nacionalidade. Foi uma grandiosa luta e que teve um grandíssimo resultado: a formação do Brasil. (PRADO, 1906: 175)

Deste modo, foi o cruzamento incessante entre as “raças”, sobretudo entre indígenas e brancos, que transformou a população brasileira em uma “raça forte”: “o que demonstra a sua história, pois tem saído vitoriosa das dificuldades do meio e das crises do seu crescimento e,

6

portanto, a ela não se pode aplicar a teoria do Dr. Barreto, de que a vida dos povos católicos está peiada pelo catolicismo” (PRADO, 1906: 186).

A polêmica voltou a ocupar um espaço considerável no periódico monarquista na edição de 19 de maio de 1901. Em artigo com o mesmo nome do anterior, Prado questionava a resposta do Dr. Barreto, dada um dia antes, em artigo publicado n’*O Estado de São Paulo* sob o título *O Século XX e o Sr. Dr. Eduardo Prado*. Segundo a objeção, ao invés de responder às “retificações numerosíssimas que tivemos de fazer a tantas de suas variadas afirmações geográficas, econômicas e sociais” (PRADO, 1906: 240), Luiz Pereira Barreto declarou-se republicano e acusou Prado de monarquista e inimigo da pátria.

Em sua defesa, Eduardo Prado questionou: “Que tem isso com a Monarquia, com a República, ou com o patriotismo?” Dizia ser aquele um embate científico, logo, estava além das questões políticas e religiosas. “Não há uma geografia republicana, uma climatologia monarquista, uma fisiologia católica, uma patologia protestante” (PRADO, 1906: 243). Percebe-se que, apesar do naturalismo e do cientificismo terem tido no Brasil um papel semelhante à Ilustração na Europa, no século XVIII, ao trazer um saber secular e temporal, afastado das concepções religiosas, como afirma Roberto Ventura (1991: 12); Prado apresentava-se como cientista, adepto de valores característicos da chamada “geração 1870”.⁵ Isso demonstra a influência do cientificismo mesmo entre os meios conservadores, como no caso dos monarquistas e católicos. Tais grupos se apropriavam dos discursos da ciência e os adaptavam às suas crenças, de maneira que não conflitassem com sua visão de mundo, como fazia Eduardo Prado.

Voltando à polêmica, Prado devolvia o insulto de “não patriota” para o Dr. Barreto, pois fora este quem insultara toda a “raça” brasileira e portuguesa, chamando de inibida, imbecil, incapaz, idiota, colocando-a no ínfimo rol dos seres reunidos em sociedade

⁵ Segundo Angela Alonso (2002: 35), o movimento intelectual da “geração de 1870”, que contava em seu repertório com as ideias do cientificismo europeu, representava uma manifestação coletiva que se expressa tanto em escritos quanto em formas de ação. Os membros dessa geração guardavam em comum a experiência de marginalização política: não incorporados pelas instituições políticas, alijados pela longa dominação conservadora. Deste modo, o movimento não recorreu ao repertório intelectual europeu visando a construção de teorias em meio a um debate intelectual abstrato. “Componentes deste repertório foram assimilados criteriosamente, conforme sua capacidade de elucidar a conjuntura brasileira e oferecer armas para a luta política” (ALONSO, 2002: 332). Portanto, para Alonso, o cientificismo e todas as novas teorias raciais expressavam para a “geração 1870” uma forma de expressar seu dissenso e imaginar projetos de reforma em termos novos, distantes da maneira de pensar e das formas de expressão da tradição imperial. Em oposição ao discurso católico hierárquico, um dos pilares da dominação saquarema, os grupos contestadores fizeram destas doutrinas uma expressão de seu anticlericalismo, uma forma de discurso laico para se explicar a realidade.

7

civilizada. “E depois vem dizer que é patriota. Pintou-nos, a nós, brasileiros, e aos nossos maiores, como uns cretinos incapazes de aproveitar esta terra maravilhosa, única onde tudo são facilidades, grandezas e riquezas” (PRADO, 1906: 259). Em seguida, expunha novamente sua ideia central, a de que o Brasil teria sido um triunfo nos trópicos, perfeitamente adaptado e sobrevivente das intempéries climáticas e geográficas:

É esta a pátria nossa amada, que há mais de trezentos anos a nossa raça, lutando contra os homens e os elementos, conseguiu fundar. Encontramos dificuldades e obstáculos de que a nossa energia triunfou. Nesta zona tropical, que se dizia inabitável, levantamos a nossa tenda, e sob o céu desta terra nova cresceu e multiplicou-se a nossa raça, com a força e a fecundidade das plantas vivas que deitam raízes fundas e estendem longe a verdura das suas frondes. Temos vivido do trabalho, regando com o suor de todos os dias uma terra que só pela violência do labor frutifica e nos alimenta. A tez branca que nossa raça trouxe da Europa aqui se tem dourado ao fogo de um sol sempre ardente. Temos tomado às feras os largos pedaços de terra, rasgando o véu sombrio da floresta hostil; e onde dominavam as febres da terra inculca há hoje a verde salubridade da lavoura (PRADO, 1906: 264-265).

Em 22 de maio de 1901, outro artigo no periódico dava prosseguimento à polêmica, desta vez com o título *O Dr. Barreto sem ciência*. Menos explicativo que os artigos anteriores, este se incumbia de refutar a acusação de que Prado havia fugido da contenta, feita por Barreto novamente n’*O Estado de São Paulo*. Insistia nos argumentos de seus outros artigos, mostrando os erros científicos do texto de seu oponente. O mesmo pode-se dizer do artigo seguinte, *Ainda o Dr. Barreto*, na edição de 27 de maio de 1901, repleto de ironias e ataques pessoais. Em 15 de junho de 1901, Prado respondeu a outras críticas no artigo *As contas e fantasias do Dr. Barreto*. Pouco depois desta edição, porém, o escritor se retiraria para sua fazenda, onde iria morrer vítima de febre amarela.

A influência das ideias de Prado expostas acima podem ser percebidas em textos posteriores de dois monarquistas ligados ao escritor: Theodoro Sampaio e Afonso Arinos. O primeiro, no entanto, já havia feito uma crítica ao ufanismo exagerado das belezas naturais do Brasil, em sua expedição aos sertões do nordeste brasileiro, entre 1879 e 1880. O geógrafo baiano percebeu que o “Brasil, em verdade, é mais habitado do que se pensa e menos rico do que se presume” (SAMPAIO, 2002: 96). Reconhecia as belezas do “*Brasil Central*” porém afirmava que os brasileiros ingenuamente exageravam os seus recursos.

8

Anos depois, em 1918, Sampaio voltou à questão com uma afirmação que muito se aproximava da perspectiva de Prado. Em texto escrito para o V Congresso Brasileiro de Geografia, dizia que no Brasil o “meio terreno é difícil, havemos de convir, mas nós vamos dele triunfando” (SAMPAIO, 1918: 913; apud GUIMARÃES, 1978: 36). Destaca-se a visão de que a história do Brasil podia ser representada pela luta do homem contra o meio ambiente hostil, sendo que o primeiro iria vencendo as intempéries colocadas em seu caminho. Para Fábio de Macedo S. Guimarães, o antiufanismo de Sampaio não descambava jamais para o pessimismo. Sempre manteve sua crença no futuro do Brasil, na capacidade do brasileiro (GUIMARÃES, 1978: 35).

Outro restaurador, o mineiro Afonso Arinos, que foi, por duas oportunidades, redator d’*O Comércio de São Paulo*, em conferência intitulada *A unidade da pátria*, dizia que:

A nossa pátria não é essa terra opima da Promissão, onde os ares por toda a parte são deleitosos, e por toda a parte pinguem as colheitas. Temos vastas regiões sáfaras e climas hostis, onde a vida do homem não é possível sem prévio e longo amanhã da sua indústria, com os recursos que a civilização lhe pôs nas mãos.
(ARINOS, 1968: 893)

Para Arinos, a “nossa fera natureza tropical” apenas se dobrava ao homem pelo esforço constante e inteligente. Desta maneira, o autor também representava a nação como uma luta incessante entre o homem e o meio adverso, sendo que as dificuldades “temperarão a energia de nosso povo e poderemos amar com fervor as mais broncas serranias, os mais estéreis carrascais, como o islandês ama as desertas geleiras percorridas somente pelos elfos malignos” (ARINOS, 1968: 893).

Os exemplos de Sampaio e Arinos apenas comprovam a influência e importância das ideias de Prado entre o círculo de monarquistas-católicos que se constituiu em São Paulo na última década do século XIX e na primeira do século XX. Os textos de Eduardo Prado para a polêmica com o Dr. Barreto demonstraram uma visão de nacionalidade favorável à mistura racial e contrária à perspectiva que opunha uma natureza exuberante a uma “raça desprezível”. O presente do Brasil era fruto de um passado onde o homem, adaptado através da mestiçagem, conseguira triunfar sobre a natureza hostil. Assim, analisando tais escritos, podemos perceber outro aspecto do monarquismo no Brasil, preocupado não apenas com a

9

restauração monárquica, mas também com uma identificação do povo brasileiro e com um passado nacional constituído sobre a égide do catolicismo.

Bibliografia:

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ARINOS, Afonso. A unidade da pátria. IN: ARINOS, Afonso. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1868.

BUCKLE, Henry Thomas. **History of civilization in England** (vol. I). London: Longmans, Green and C.O., 1908.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. Teodoro Sampaio: geógrafo de campo e intérprete de mapas. IN: SAMPAIO, Teodoro. **São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos**. Petrópolis: Vozes, 1978.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2009.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PRADO, Eduardo. O Dr. Barreto e a Ciência: Caso curioso de intolerância religiosa no século XX. IN: PRADO, Eduardo. **Coletâneas**. (Volume IV) São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana, 1906.

_____. O catolicismo, a Companhia de Jesus e a colonização do Brasil. IN: **III centenário do venerável Joseph de Anchieta**. Paris/Lisboa: Aillaud e Cia, 1900.

SAMPAIO, Teodoro. **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos**. Petrópolis: Vozes, 1978.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: História Cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL